

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIAO

**Estudo Técnico Preliminar 32/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 1585/25

**2. Descrição da necessidade**

A continuidade dos serviços prestados pela Justiça do Trabalho depende, cada vez mais, da atuação segura e eficiente em ambiente digital. No âmbito do TRT da 19ª Região, magistrados e servidores realizam diariamente a prática de atos administrativos e processuais por meio de sistemas informatizados como PJE - Processo Judicial Eletrônico e PROAD - Sistema de Processo Administrativo Eletrônico, os quais exigem mecanismos que assegurem a **autenticidade, integridade e o não repúdio das ações realizadas**.

A ausência de mecanismos eficazes de certificação digital comprometeria a validade jurídica dos documentos eletrônicos, fragilizaria a segurança da informação institucional e acarretaria prejuízos à prestação jurisdicional. Portanto, torna-se essencial a adoção de solução tecnológica que viabilize a identificação inequívoca do autor de atos digitais, assegurando que tais atos não possam ser alterados ou negados posteriormente.

Dessa forma, a necessidade consiste em garantir ao TRT da 19ª Região mecanismos contínuos e seguros de autenticação digital, que permitam aos seus agentes públicos acessar serviços on-line e assinar eletronicamente documentos e atos oficiais, com validade legal reconhecida, de forma a assegurar a eficiência, a confiabilidade e a segurança institucional.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
SEGESP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	MARCUS PAULO VERÍSSIMO DE SOUZA

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação****Objetivo Geral**

O presente item define os requisitos mínimos indispensáveis à solução, nos termos do art. 9º, II da IN nº 58/2022 e art. 18, §1º, III da Lei nº 14.133/2021.

**4.1 Requisitos Técnicos e Funcionais**

- Mecanismo de autenticação digital com validade jurídica, conforme os padrões da ICP-Brasil;
- Armazenamento seguro da chave privada, em meio físico ou ambiente seguro em nuvem;

- Compatibilidade com sistemas utilizados no TRT19 (PJe, PJe-Office, PROAD, SEI, eSocial etc.);
- Uso de algoritmos robustos (RSA 2048 bits, SHA-256);
- Sistema de gestão do ciclo de vida dos certificados (emissão, renovação, revogação, auditoria);
- Suporte técnico com canais de atendimento diversos (telefone, e-mail, chat);
- Interface amigável ao usuário final;
- Interoperabilidade com múltiplos dispositivos e navegadores.

#### 4.2 Requisitos Complementares

- Garantia mínima de funcionamento durante o período de validade dos certificados; • Oferta de capacitação técnica aos usuários e equipes de suporte;
- Atendimento aos padrões da LGPD, Resolução CSJT nº 164/2016 e demais normas da ICP-Brasil;
- Sustentabilidade: redução do uso de papel, possibilidade de reaproveitamento de tokens, adoção de soluções com menor impacto ambiental.

### 5. Levantamento de Mercado

#### Item 5 – Levantamento de mercado

Com o objetivo de subsidiar a futura tomada de decisão sobre a solução mais adequada para a prestação de serviços de emissão, fornecimento e gerenciamento de ferramentas para acessar serviços on-line com a garantia de autenticidade, integridade e não repúdio, e considerando que a solução por meios internos é inviável, conforme consta na manifestação da área técnica, no item 4.1, no 3º subitem, foi realizado um levantamento de mercado que contempla os principais modelos, atualmente disponíveis. A análise compara diferentes formas de armazenamento de certificados — tanto em dispositivos físicos (como tokens e smart cards) quanto em ambientes em nuvem — considerando critérios técnicos como segurança, usabilidade, custo, conformidade, disponibilidade e resiliência.

A seguir, apresentam-se os aspectos observados em cada modalidade, de forma imparcial, sem vinculação a uma solução previamente definida.

<b>Certificados em Hardware Criptográfico (ex.: tokens, smart cards):</b>	<b>Certificados armazenados em ambiente de nuvem:</b>
<b>1.Segurança</b>	
<b>Pontos favoráveis</b>	<b>Pontos favoráveis</b>
Armazenamento físico da chave privada, com menor exposição remota.	Acesso remoto seguro com autenticação multifator.

Proteção física e dependência do dispositivo para uso, o que dificulta acessos não autorizados.	Eliminação do risco de perda física do meio de armazenamento.
	Uso de HSMs com elevados padrões de segurança.
<b>Pontos de atenção:</b>	<b>Pontos de atenção:</b>
Possibilidade de perda ou roubo do dispositivo.	A segurança depende da infraestrutura do provedor.
Dependência do dispositivo para cada operação, o que pode impactar a disponibilidade.	A exposição à internet exige medidas adicionais de mitigação de riscos.
<b>2. Usabilidade</b>	
Facilidade de uso local, principalmente em dispositivos com suporte físico adequado.	Flexibilidade de uso em diferentes dispositivos e ambientes.
Reconhecimento imediato pela presença do dispositivo.	Facilidade de integração com aplicações em nuvem.
<b>Pontos de atenção:</b>	<b>Pontos de atenção:</b>
Eventuais incompatibilidades com dispositivos móveis ou sistemas modernos sem portas USB.	Requer conexão estável à internet.
	Pode demandar curva de aprendizado para usuários com menos familiaridade tecnológica.
<b>3. Custo</b>	
<b>Pontos favoráveis</b>	<b>Pontos favoráveis</b>
Custo único por dispositivo.	Custos escaláveis conforme a demanda
Ausência de despesas com serviços recorrentes de nuvem	Redução de despesas com aquisição e manutenção de hardware
<b>Pontos de atenção:</b>	<b>Pontos de atenção:</b>
Investimento inicial elevado, principalmente em larga escala.	Possibilidade de cobrança recorrente por assinatura ou serviços adicionais.
Custos com substituições em caso de perda ou defeito.	Dependência de modelo de precificação do provedor.
<b>4. Conformidade</b>	
<b>Pontos favoráveis</b>	<b>Pontos favoráveis</b>
Adequação a padrões de segurança rígidos exigidos por setores específicos.	Provedores frequentemente em conformidade com regulamentações (ex.: LGPD, GDPR, HIPAA).
Possibilidade de certificação por normas reconhecidas (ex.: FIPS 140-2).	Atualizações contínuas de conformidade realizadas pela própria plataforma
<b>Pontos de atenção:</b>	<b>Pontos de atenção:</b>
Necessidade de procedimentos específicos em casos de perda ou substituição.	A verificação e auditoria podem depender do nível de transparência do provedor
<b>5. Resiliência e Disponibilidade</b>	
<b>Pontos favoráveis</b>	<b>Pontos favoráveis</b>

Funcionamento independente de conexão com a internet.	Alta disponibilidade em ambientes conectados.
<b>Pontos de atenção:</b>	<b>Pontos de atenção:</b>
Perda ou falha física do dispositivo pode causar interrupção no uso.	Dependência da infraestrutura do provedor para garantir o acesso contínuo

O levantamento técnico realizado evidencia que as principais soluções de certificação digital disponíveis no mercado — com armazenamento em hardware criptográfico (como tokens) ou em nuvem — apresentam características distintas, com vantagens e limitações específicas, que devem ser cuidadosamente analisadas à luz das necessidades institucionais.

Certificados armazenados em hardware criptográfico costumam ser associados a maior controle físico, sendo compatíveis com sistemas que demandam segurança rígida e alta conformidade regulatória. Por outro lado, soluções baseadas em nuvem oferecem maior flexibilidade, escalabilidade e praticidade, especialmente em ambientes com demandas por mobilidade e acesso remoto, embora envolvam considerações adicionais quanto à conectividade e dependência da infraestrutura do provedor.

No contexto desta instituição, observou-se a existência de restrições técnicas em alguns sistemas legados — como o Processo Judicial Eletrônico (PJe) — quanto à compatibilidade com certificados armazenados exclusivamente em nuvem. Esse fator deverá ser considerado na definição da solução a ser adotada na contratação, de forma a assegurar a interoperabilidade com os sistemas atualmente utilizados.

**Análise comparativa de natureza econômica, realizada com base em levantamento de preços obtidos por meio do Sistema de Banco de Preços:**

#### Quadro de Pesquisa de Preços – Certificados em Token

Nº Item	Descrição Sucinta	Quant.	Unid.	Fonte 1- Docs.14 e 20 /Proad	Fonte 2- Docs.15 e 21 /Proad	Fonte 3- Docs. 16 e 22 /Proad	Metodologia de Cálculo	Média Valor Unitário	Média Valor Total
1	Emissão de Certificado Digital ICPBrasil A3, e-CPF. Validade 36 meses - Físico	620	UND	R\$ 43,67	R\$ 62,63	R\$ 52,53	Média Aritimetica	R\$ 52,94	R\$ 32.824,87
2	Emissão De Certificado Digital ICPBrasil A1, e-CNPJ. Validade 1 ano - Físico	5	UND	R\$ 41,33	R\$ 48,92	R\$ 67,00	Média Aritimetica	R\$ 52,42	R\$ 262,08
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>									R\$ 33.086,95

## Quadro de Pesquisa de Preços – Certificados em Nuvem

Nº Item	Descrição Sucinta	Quant.	Unid.	Fonte 1- Docs.17 e 23 /Proad)	Fonte 2 - Docs.18 e 24 /Proad)	Fonte 3 - Docs.19 e 25 /Proad)	Metodologia de Cálculo	Média Valor Unitário	Média Valor Total
1	Emissão de Certificado Digital ICPBrasil A3, e-CPF. Validade 36 meses – armazenado em nuvem	620	UND	R\$ 36,60	R\$ 65,00	R\$ 65,00	Média Aritimética	R\$ 55,53	R\$ 34.430,67
2	Emissão De Certificado Digital ICPBrasil A1 - e-CNPJ – validade 1 ano - armazenado em nuvem	5	UND	R\$ 55,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	Média Aritimética	R\$ 51,67	R\$ 258,33
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>									R\$ 34.689,00

### Conclusão do Levantamento de Mercado:

Considerando os aspectos técnicos e econômicos, verificou-se que o modelo com **armazenamento em token físico apresenta maior compatibilidade com os sistemas atualmente utilizados no TRT da 19ª Região**, como o PJe, além de custos competitivos e maior controle operacional, especialmente em contextos com baixa mobilidade.

Desse modo, **a solução escolhida para a contratação é a de certificados digitais com armazenamento em token físico**, devendo esta opção orientar os demais itens do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

## 6. Descrição da solução como um todo

### 6 . Descrição da solução como um todo

A solução adotada consiste na contratação de serviço de emissão, validação e fornecimento de certificados digitais padrão ICP-Brasil, com armazenamento em dispositivo criptográfico físico (token).

A contratação deverá contemplar certificados em diferentes formatos e prazos de validade, com abrangência tanto para pessoas físicas (e-CPF) quanto para pessoas jurídicas (e-CNPJ), assegurando plena compatibilidade com os sistemas utilizados no âmbito do TRT da 19ª Região.

#### a. Abrangência e Especificações Técnicas

- Certificados do tipo A1 e A3, emitidos segundo os padrões da ICP-Brasil;
- Armazenamento em dispositivos criptográficos físicos (tokens), com validade mínima de 1 (um) ano e possibilidade de prazos superiores;
- Compatibilidade com os sistemas atualmente utilizados pelo TRT da 19ª Região, como PJe e PJe-Office;
- Fornecimento sob demanda para pessoas físicas (e-CPF) e jurídicas (e-CNPJ), de acordo com a solicitação da unidade requisitante.

**b. Forma de Fornecimento**

- Certificados digitais armazenados em token (mídia física), entregues presencialmente ou de forma remota, com ponto de validação presencial ou virtual disponibilizado pela contratada;
- Suporte técnico gratuito durante toda a vigência dos certificados, incluindo instalação, ativação e substituição em caso de falhas, sem ônus para a Administração.

**c. Prazo de Entrega**

- Os certificados deverão ser emitidos e disponibilizados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação formal do usuário, mediante o envio da documentação necessária.

**d. Garantias e Responsabilidades**

- A contratada deverá garantir a validade, integridade e segurança criptográfica dos certificados emitidos, conforme normas da ICP-Brasil;
- Caberá à contratada oferecer suporte técnico gratuito durante toda a vigência dos certificados emitidos;
- Em caso de falha na emissão, extravio ou defeito do dispositivo, a substituição deverá ocorrer sem custos adicionais ao contratante, desde que comprovado o problema;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da notificação do contratante, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- Garantir a entrega com instruções de uso, senhas PIN e PUK cadastradas e suporte técnico iniciais;
- Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação;
- Informar, via email ou whatsapp, quando a ferramenta estiver próxima ao final da sua validade, ao servidor ou magistrado, para que os mesmos possam providenciar um pedido de renovação com tempo hábil, sem prejuízo ao seu trabalho.;
- Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei nº. 14.133//2021;
- Efetuar o auto cadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO–JT), por meio de plataforma para que nela faça a junta da, oportunamente, de todos os documentos, inclusive notas fiscais, para que possa ocorrer o devido processamento da nota de empenho ao correspondente pagamento.

## e. **Gerenciamento e Operacionalidade**

- Sistema informatizado para gerenciamento do ciclo de vida dos certificados digitais (emissão, renovação, revogação e relatórios);
- Integração com sistemas corporativos diversos (ERPs, CRMs e outros);
- Fornecimento de aplicativo cliente compatível com a infraestrutura tecnológica do Tribunal.

## f. **Capacitação e Suporte**

- Suporte técnico por meio de telefone, e-mail ou chat, com tempo de resposta de até 24 horas úteis;
- Oferta de treinamentos e entrega de documentação técnica completa às equipes de TI e usuários finais.

### **6.1 Validade dos Certificados:**

Os certificados digitais fornecidos deverão ter validade mínima de [1 ou 3 anos], conforme especificado na proposta e aceito pelo contratante, respeitando os parâmetros da ICP-Brasil.

### **6.2 Da subcontratação**

Não se aplica a subcontratação. A contratada não deve transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

### **6.3 Dos critérios e práticas de sustentabilidade na contratação**

Aplica-se ao presente processo as seguintes recomendações gerais de sustentabilidade:

A sustentabilidade na contratação de ferramenta que exerça a função da assinatura pessoal em ambientes virtuais, com a garantia de autenticidade, integridade e não repúdio, envolve considerar não apenas os aspectos tecnológicos e de segurança, mas também os impactos ambientais, sociais e econômicos do processo. Ações que tornam essa contratação mais sustentável:

#### **Redução do Uso de Papel**

**A principal contribuição dos certificados digitais para a sustentabilidade é a eliminação da necessidade de documentos impressos.**

Processos e autenticação de documentos são digitalizados, **reduzindo drasticamente o consumo de papel** e tinta, além do uso de impressoras.

#### **Eficiência Energética**

Optar por ferramentas com maior tempo de validade também **reduz o número de renovações**, o que diminui o consumo energético com reemissões e verificações.

#### **Ciclo de Vida e Reaproveitamento**

Algumas ferramentas oferecem soluções de armazenamento em nuvem ou tokens reutilizáveis, evitando o descarte de dispositivos físicos (como tokens USB ou smart cards).

Verificar se os dispositivos utilizados são recicláveis ou possuem política de descarte sustentável.

#### **Inclusão e Responsabilidade Social**

A contratação de fornecedores que tenham práticas trabalhistas justas e projetos sociais reforça o compromisso com a sustentabilidade social.

Capacitação digital e inclusão de pequenas empresas no uso de certificados digitais também são práticas sustentáveis no aspecto social.

#### **Impacto Positivo:**

Uma empresa que migra todos os seus processos de assinatura de papel para certificados digitais pode evitar o uso de milhares de folhas de papel por ano, economizando água, energia e reduzindo emissões de CO associadas à fabricação, transporte e descarte do papel.

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo TRT19ª Região.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Através de levantamento baseado em relatórios das certificadoras onde consta o registro de validade dos certificados digitais, bem como em nossas planilhas de controle interno, onde constam o período de validade de todos os certificados digitais emitidos, verificamos o seguinte:

1. De junho até o final deste ano de 2025 irão vencer 198 (cento e noventa e oito) certificados digitais, sendo 46 (quarenta e seis) certificados digitais emitidos pela certificadora Rio Madeira (anexo I) e 152 (cento e cinquenta e dois) certificados digitais emitidos pela Soluti (anexo II), que precisam ser renovados este ano;
2. No próximo ano (2026) irão vencer 149 (cento e quarenta e nove) certificados digitais, sendo 48 (quarenta e oito) dos emitidos pela Rio Madeira (anexo I) e 101 (cento e um) dos emitidos pela Soluti (anexo II);

Considerando os certificados digitais que irão vencer neste ano (2025) com os do próximo ano (2026), totalizamos 347 (trezentos e quarenta e sete) certificados digitais.

<b>CERTIFICADOS QUE VÃO VENCER EM 2025 E 2026</b>			
	<b>2025 (de junho até o final do ano)</b>	<b>2026</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Certificados que irão vencer e precisarão ser renovados</b>	<b>198</b>	<b>149</b>	<b>347</b>

Só temos disponíveis 112 (cento e doze) vouchers para emissão de novos certificados digitais, pela Empresa Certiminas (anexo III).

O Ato nº 79/GP/TRT19ª de 30 de abril de 2025 (anexo IV), considerando a Resolução CSJT nº 164/2016, trata do fornecimento dos certificados digitais no Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

Além dos casos de fornecimento de 1(um) certificado para cada servidor usuário do PJE, ele enumera os casos dos cargos que demandam a necessidade da aquisição de dois certificados digitais, quais sejam:

1. 2 (dois) certificados digitais para cada magistrado(a) de primeiro e segundo grau
2. 2 (dois) certificados digitais para cada Desembargador
3. 2 (dois) certificados digitais para cada Assessor Chefe de Gabinete de Desembargador(a)
4. 2 (dois) certificados digitais para cada Assessor Chefe de Gabinete de Desembargador(a) Substituto
5. 2 (dois) certificados digitais para cada Gestor de unidade administrativa em nível de diretoria ou superior,
6. 2 (dois) certificados digitais para cada Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho
7. 2 (dois) certificados digitais para cada Assistente de Diretor de Vara do Trabalho
8. 2 (dois) certificados digitais para cada Assistente de Juiz
9. 2 (dois) certificados digitais para cada Calculista
10. 2 (dois) certificados digitais para cada Oficial de Justiça e
11. 2 (dois) certificados digitais para cada Servidor que atue com pesquisa patrimonial.

CARGOS QUE DEMANDAM NECESSIDADE DE 2 CERT. DIGITAIS	Magistrados titulares e substit.	Desembargadores	Assessor chefe de gabinete de desembargador e seus substit.	Gestor de unidades Adm.	Diretor de vara e seus substit.	Assistente de Juiz	Calculista	Oficial de Justiça	Pesquisa Patrimonial	Diretor Geral e Secret. Geral
QUANTIT. NO TRT	22 Titulares 21 Substit.	8	9	18	22 Titulares 22 Substit.	44	22	39	2	2
TOTAL DE CERTIFICADOS POR CARGO (2 PARA CADA)	86	16	18	36	88	88	44	78	4	4

Somando todos os casos tratados no Ato nº 79/GP/TRT19<sup>a</sup>, de 30 de abril de 2025, são necessários 462 (quatrocentos e sessenta e dois) certificados, em média. (anexos V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, )

Além dos certificados digitais que vencem, existem os casos que precisam ser emitidos para novos servidores que chegam ao Tribunal, como os nomeados, cedidos, removidos etc. A tabela abaixo nos mostra o quantitativo da entrada de servidores neste Tribunal, no período de 01/01/2024 a 17/06/2025. Exemplo também de alguns PROADS: 1639/25 (primeiro certificado), 1365/25 (comissionada - nova); 6929/25 (Requisitada - nova), 2300/25 (Requisitada), 2274/25 (Remoção).

ENTRADA DE SERVIDORES - PERÍODO 01/01/2024 a 17/06/2025						
ENTRADA DE SERVIDORES	QUADRO EFETIVO - ENTRANDO EM EXERCÍCIO	REMOÇÃO - RETORNO AO TRT19	REMOÇÃO - REMOVIDO PARA ESTE TRT	EM EXERC. PROVISÓRIO NESTE REGIONAL - CADASTRO DO INÍCIO	REQUISITADOS - INÍCIO DE REQUISIÇÃO	TOTAL
QUANTIDADE	27	5	12	1	5	50

Considerando os certificados que vão vencer (347) com todos esses casos de fornecimento de dois certificados digitais (462) mais ao quantitativo de servidores que entraram no Tribunal nesse período demonstrado (50), chegamos ao total de 859 (oitocentos e cinquenta e nove) certificados digitais.

Vale salientar que a demanda é ainda maior, uma vez que existem os casos de perda, extravio ou dano da mídia que resulta na inoperância do certificado digital. Alguns exemplos: Proads 2002/25 (problema com a senha), 1773/25 (perda), 1601/25 (perda), 1062/25 (perda), ; 7116/24 (problema com senha), 4412/24 (token com mal contato); 2614/24 (perda), 2408/25 (bloqueio por esquecimento da senha); 7257/24 (certificado inoperante) etc.

Mais uma justificativa para a presente aquisição é a análise da contratação, por este Tribunal, dos últimos cinco anos:

ANO	QUANTIDADE	PROAD	NOTAS FISCAIS
2020/RIO MADEIRA	571	1093/20	docs. 93 e 99

2021/SOLUTI	33 +40 +177	2343/21	- NFS_e_602324 - 2022NE000263 – doc.75 - NFS_e_606690 - 2022NE000263 – doc.76 - NFS_e_611108 - 2022NE000263 – doc.103
2022 ADITIVO/ RIO MADEIRA- 25%	75	1093/20	doc .142
2022/SOLUTI – NOVA CONTRATAÇÃO	232	2343/21	NFS_e_56400 – 12/22 – doc. 144
2023	217+ 5	1810/23	docs 141 e 144

O TRT 19ª Região tem demanda contínua de emissão e renovação de certificados digitais para magistrados e servidores e os vouchers que temos disponíveis para emissão de novos certificados, não irão suprir a necessidade, razão pela qual se faz necessária a urgente contratação, sendo a demanda de suma importância.

A empresa contratada deverá fornecer o seguinte, conforme tabela a seguir:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	859	Serviço de Validação, Emissão e Gravação, Renovação de Certificado Digital, Cert-JUS, Institucional, A3, para Pessoa Física (E-CPF), com validade de 03 (três) anos
2	5	Serviço de Validação, Emissão e Gravação, Renovação de Certificado Digital, Cert-JUS, Institucional, A1, para Pessoa Jurídica(E-CNPJ),com validade de 01 (um) ano

A estimativa da demanda baseou-se em dados internos, documentos administrativos e histórico recente de utilização de certificados digitais por magistrados, servidores e outras unidades da instituição. O levantamento buscou identificar tanto as necessidades recorrentes como as previsões futuras de consumo, considerando fatores como vencimento de certificados, designações funcionais que exigem múltiplos certificados, movimentações de pessoal e situações de extravio ou bloqueio.

A seguir, apresenta-se a consolidação da memória de cálculo estimada para os Certificados do tipo A3:

--	--	--

<b>Bloco de Demanda</b>	<b>Quantidade Apurada</b>	<b>Fonte de Dados</b>
Certificados com vencimento (2025– 2026)	347	Anexos I e II (relatórios das certificadoras)
Cargos que demandam 2 certificados cada	462	Anexo IV (Ato/TRT19 <sup>a</sup> /2025)
Novos servidores (nomeação /remoção/cessão)	50	Tabela SEGESP (ex: 1639/25 etc.)
Situações contingenciais (perda /bloqueio, etc.)	Não estimado (dados qualitativos)	Exemplos de PROADs citados
<b>TOTAL ESTIMADO</b>	<b>859</b>	<b>Memória de cálculo consolidada – Anexo VII</b>

### Nota Técnica

A necessidade técnica estimada para a presente contratação, conforme levantamento detalhado, totaliza **859 certificados digitais**, considerando:

- Vencimento de certificados atualmente em uso;
- Projeção de novos ingressos e cargos/funções que demandam múltiplos certificados; Ocorrências eventuais de extravio ou bloqueio de mídias de armazenamento; Tendência histórica de consumo nos últimos cinco anos.
- A planilha de Memória de Cálculo Consolidada encontra-se apresentada no quadro acima, atendendo ao disposto no art. 18, §1º, V da **Lei nº 14.133/2021** e no art. 9º, V da **IN SEGES /ME nº 58/2022**.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 45.740,41

Com base na escolha técnica fundamentada no item 5 deste Estudo Técnico Preliminar, a solução considerada mais vantajosa para a Administração é a aquisição de certificados digitais com armazenamento físico em token, padrão ICP-Brasil, tipos A1 e A3. Assim, a estimativa de valor apresentada neste item refere-se exclusivamente aos custos unitários e totais da solução selecionada.

A estimativa foi obtida por meio de **levantamento de preços junto ao mercado**, com consulta direta a três fornecedores distintos, conforme autorização do art. 5º, inciso V, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 /2021. Os preços foram extraídos de propostas formais e de cotações documentadas nos autos (Anexos XV à XX), sendo adotada a **média aritmética** como metodologia de cálculo, conforme prevê o art. 9º, VI, da IN SEGES/ME nº 58/2022.

Para garantir a rastreabilidade e transparência, reproduz-se a seguir o quadro consolidado, originalmente apresentado no item 5, contendo as três cotações utilizadas para cada tipo de certificado digital:

• FÍSICO – CERTIFICADOS COM TOKEN

**Objeto:** Futura e eventual aquisição de certificados digitais Tipo A3 e A1 padrão ICP-Brasil - e-CPF e e-CNPJ - Físico

Nº Item	Descrição Sucinta	Quant.	Unid.	Fonte 1-Docs.14 e 20 /Proad	Fonte 2-Docs.15 e 21 /Proad	Fonte 3-Docs.16 e 22 /Proad	Metodologia de Cálculo	Média Valor Unitário	Média Valor Total
1	Emissão de Certificado Digital ICPBrasil A3, e-CPF. Validade 36 meses - Físico	859	UND	R\$ 43,67	R\$ 62,63	R\$ 52,53	Média Aritimetica	R\$ 52,94	R\$ 45.478,32
2	Emissão De Certificado Digital ICPBrasil A1, e-CNPJ. Validade 1 ano - Físico	5	UND	R\$ 41,33	R\$ 48,92	R\$ 67,00	Média Aritimetica	R\$ 52,42	R\$ 262,08
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>									R\$ 45.740,41
<b>DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO</b>									25/04/2025

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A escolha pelo agrupamento dos itens em um lote único visa garantir a padronização dos materiais, qualidade e demais características dos bens a adquirir, bem como possível ganho de escala.

Ao buscar o aumento da competitividade com fornecedores, para itens separados, podemos comprometer o gerenciamento e fiscalização do contrato, podendo trazer riscos e dificuldades em determinada escala à economia do órgão e conseqüente gestão do processo, tendo em vista a complexidade de realizar a divisibilidade do objeto da **licitação**, por tratar-se de prestação de serviços.

Existem inúmeros benefícios que decorrem do modelo de licitação por lote, especialmente a celeridade, a economia e a vantajosidade nas contratações. Portanto, sendo os serviços executados por um único fornecedor, facilita a gestão do contrato, tendo em vista nosso reduzido quadro de pessoal.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas para o presente objeto.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação atende ao disposto no Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 deste Regional, aprovado pela Resolução Administrativa nº209/2021, observando, especialmente, o contido no Objetivo Estratégico: Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica.

A contratação também se encontra prevista no PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES – 8103 (mídia criptográfica - tokens – PAC 2025).

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. Atender a necessidade do Tribunal com o quantitativo de certificados e tokens para suprir a demanda dos magistrados e servidores tendo em vista o comparativo entre o levantamento dos prazos de validade dos certificados em uso e os certificados e tokens que encontram-se disponíveis para uso; O tribunal não tem certificados digitais e tokens suficientes para suprir a demanda;
2. Permitir o acesso seguro de servidores a sistemas governamentais e a emissão de assinaturas digitalmente confiáveis, conforme legislação vigente.
3. Dotar o Tribunal de instrumento que possibilite a aquisição de certificado digital, sob demanda, durante toda a vigência da ARP resultante da referida IRP;
4. Possibilitar à unidade requisitante da solução (SEGESP) meio para gerenciar a demanda por novos certificados digitais e as renovações dos atuais;
5. Aumentar a eficiência, eficácia e celeridade no atendimento às demandas de uso de certificação digital no âmbito TRT19;

A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano Anual de Contratações 2025 do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

Atender às determinações contidas na Res. CSJT Nº 164/2016, que disciplina o uso e a concessão de certificados digitais institucionais no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Aumentar a segurança da informação para os serviços de informática prestados pelo TRT19;

## 13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas providências a serem adotadas por este Regional, previamente à celebração do contrato, nem há necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de **certificados digitais**, apesar de ser uma alternativa mais sustentável, possui **impactos ambientais diretos e indiretos** que merecem atenção e precisam ser mitigados:

### Impactos Ambientais da Contratação de Certificados Digitais

#### 1. Redução Positiva: Substituição de Papel

##### Impacto positivo

- A principal contribuição ambiental do uso de certificados digitais é a **eliminação do uso de papel**, reduzindo:
  - Corte de árvores
  - Consumo de água e energia na fabricação de papel
  - Emissão de CO no transporte e descarte de documentos

#### 2. Uso de Equipamentos e Mídias Físicas

##### Impacto negativo

- Tokens USB, smart cards e leitores de cartão envolvem a produção de componentes eletrônicos que:
  - Consomem recursos naturais (plásticos, metais raros)
  - Podem gerar **resíduos eletrônicos** se descartados incorretamente
  - Possuem **pegada de carbono significativa** no processo de fabricação

##### Mitigação:

- Escolher fornecedores com **logística reversa** para descarte e reciclagem de tokens

#### 3. Emissão presencial

##### Impacto negativo

- Necessidade de validação presencial pode gerar despesas relacionadas a:
  - Transporte rodoviário
  - Pedido de pagamento de diárias para servidores e magistrados

##### Mitigação:

- Priorizar emissão por vídeo conferências
- Emissões presenciais, excepcionalmente
- Menor uso de transportes

#### 4. Substituições Frequentes dos certificados

##### Impacto negativo

- Certificados com validade curta (1 ano, por exemplo) exigem renovações constantes, aumentando:
  - Consumo de energia com novas emissões
  - Produção de novos dispositivos
  - Descarte frequente de mídias

##### Mitigação:

- Escolher **certificados com maior validade** (3 anos ou mais)
- Reutilizar tokens quando possível

### Boas Práticas Sustentáveis na Contratação

- **Exigir compromissos ambientais** nos editais ou contratos com a autoridade certificadora

- Incluir cláusulas sobre **descarte ambientalmente correto**
- Monitorar e reportar indicadores como:
  - Redução de papel
  - Quantidade de tokens reutilizados
  - Emissões evitadas com digitalização

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista a Justificativa constante no item 06 deste documento, esta equipe considera viável esta contratação, com base neste Estudo Técnico Preliminar.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCUS PAULO VERISSIMO DE SOUZA**

Secretário de Gestão de Pessoas

**ERIC ALLYSON ALVES MARTINS**

Equipe de apoio

**RODRIGO DANTAS FEITOSA**

Equipe de apoio